

PRUDÊNCIA: A VIRTUDE DA BIOÉTICA NA CIVILIZAÇÃO TECNOLÓGICA

PRUDENCE: THE VIRTUE OF BIOETHICS IN THE TECHNOLOGICAL CIVILIZATION

Anor Sganzerla¹
Roberto Rohregger²

“A prudência é o princípio e o supremo bem [...] é dela que se derivam todas as virtudes [...] é ela quem nos ensina que não existe vida feliz sem prudência” (Epicuro).

Resumo

A virtude da prudência mereceu destaque em toda a história da filosofia. No entanto, na atualidade sua necessidade e importância se tornaram ainda mais imprescindíveis, visto que as bases absolutas que dirigiam a moralidade foram aos poucos sendo substituídos por novos deveres administrados pelo próprio indivíduo. A essa significativa mudança soma-se também a explosão do poder da tecnociência, capaz de realizar antigos sonhos utópicos humanos. Frente a insegurança moral dos nossos tempos, queremos propor a prudência como a virtude mais adequada para orientar o universo da bioética, visto que ela não busca a resposta certa, mas a sabedoria prática necessária para deliberar de modo justo e adequado.

Palavras-chave: Prudência; bioética; tecnologia.

Abstract

The virtue of prudence has been highlighted throughout the history of philosophy. However, currently its necessity and importance have become even more indispensable, since the absolute bases of morality were gradually being replaced by new duties administered by the individual himself. To this significant change is also added the expansion of the power of technoscience, able to fulfill old human dreams. Faced with the moral insecurity of our times, we want to propose prudence as the most appropriate virtue to guide the universe of bioethics, since it does not seek the right answer, but the practical wisdom necessary to deliberate in a fair and adequate way.

Keywords: Prudence; bioethics; technology.

¹ Doutor em Filosofia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR

² Mestre em Bioética e Professor de Graduação e Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Teológica Betânia - FATEBE (Curitiba).

INTRODUÇÃO

Na clássica concepção das virtudes, a prudência sempre foi considerada umas das quatro virtudes cardeais, e ela, afirma Tomás de Aquino, é a principal em uma ordem superior, é a guia e mãe das virtudes (2002, p. 47-48). Sem a prudência as outras virtudes se tornariam cegas e indeterminadas, impedindo com que o próprio justo conseguisse realizar a justiça, esvaziando a própria prudência de sentido.

A cultura latina traduziu prudência do termo grego *phronésis*, no sentido principal atribuído por Aristóteles, como uma “disposição racional verdadeira e prática” (1999, p. 117) de deliberar corretamente sobre o que é o bem e o que é o mau para o homem, o que a distingue da ciência, da arte e da técnica. Trata-se de uma virtude intelectual pois está relacionada à verdade e a razão, mas que deve ser praticada pois se trata de um saber conectado com a ação humana.

A virtude da prudência está a serviço dos fins, que não são seus, e por isso, se ocupa dos meios necessários e adequados para alcançar a sua realização, o que a torna imprescindível, conforme esclarece Aristóteles: “a virtude moral garante a retidão do objetivo que perseguimos, e a prudência a dos meios para alcançar tal objetivo” (ARISTÓTELES, 1999, p. 120).

A palavra prudência em si é excessivamente carregada de história e de sentidos, seja de tradição secular ou religiosa o que possibilita diferentes interpretações e questionamentos, visto que ela transcende o âmbito da história das ideias. Seus inúmeros significados adquiridos devido às transformações semânticas ocorridas com o passar do tempo, permite-nos compreendê-la no sentido fraco da palavra (como cautela, indecisão, imprudência, até mesmo como uma atitude oportunista e egoísta) mas também em seu sentido forte como bem definiu Aristóteles. Nesse sentido, o estagirita nos indica o caminho para deliberar de modo virtuoso, e na posse dessa capacidade, isto é, da sabedoria prática, a prudência assume o seu papel de guia das outras virtudes, buscando oferecer o melhor discernimento na tomada de decisão, pois sem a prudência, as outras virtudes não saberiam como fazer e nem como chegar ao objeto desejado. Conclui o autor que a “retidão das virtudes morais depende da prudência” (1999, p. 203).

A prudência por si só não é suficiente para uma virtude, no entanto, nenhuma virtude pode dela prescindir, e ela só pode ser considerada uma virtude quando está a serviço de um fim considerado estimável, pois ao contrário, seria concebida apenas como uma habilidade, por isso Aristóteles afirma que “não é possível ser um homem de bem sem prudência, nem prudente sem virtude moral” (1999, p. 126).

A deliberação de modo virtuoso que a prudência nos direciona, não se limita às intenções humanas ao aqui e agora, mas para com todo o reino da biosfera levando em conta as consequências de nossas ações, visto que a prudência, embora não ignore a sua necessidade para o tempo presente, direciona-se também para o depois, o futuro, e este depende de nós para garanti-lo. O homem prudente está atento não somente com o que acontece, mas com o que pode acontecer, conforme sentido apresentado por Cícero, ao afirmar que a prudência vem de *providere*, o que significa tanto o sentido de prever como de prover (CÍCERO, 2011, p. 26). Desse modo, a prudência representa uma “virtude da duração, do futuro incerto, do momento favorável, virtude da paciência e da antecipação” (COMTE-SPONVILLE, 2010, p. 40), pois, embora muitos prazeres possam ser desfrutados de modo instantâneo, esse desfrute nem sempre combina com um desejo lúcido e razoável.

Com isso, a prudência não busca apenas evitar o perigo, mas determinar o que é necessário ser escolhido, a melhor decisão, para que a ameaça seja evitada, o que a aproxima do sentido de precaução. Sua ação se dá sobre o risco, o acaso, o desconhecido, o incerto, o depois, o que permite afirmar que a prudência é uma virtude que busca orientar-nos para garantir e preservar o futuro, pois somente compreendendo nossa fidelidade para com o futuro poderemos garantir-lhe o direito à existência. A prudência nos orienta ao que devemos escolher e o que devemos evitar, e ela é “necessariamente corajosa e justa” (TOMAS AQUINO, 2002, p. 70).

Além de ser a virtude que permite ver e compreender a realidade, de modo a tomar uma decisão certa frente à situação que se apresenta, a prudência também impulsiona o indivíduo para agir frente a essa realidade de modo que possa transformá-la, pois de nada adiantaria saber o que é o bem, o justo e o correto, se não houver disposição para realizá-los. E por tratar de ações contingentes do mundo da vida, a prudência não lida com “receitas prontas” de como se deve agir, o que faz com que o indivíduo tenha que encontrar a decisão certa para cada problema.

A PRUDÊNCIA NA CIVILIZAÇÃO TECNOCIENTÍFICA

Por que que a prudência se tornou a virtude mais necessária para a civilização tecnológica? Comte-Sponville afirma que a virtude da prudência na contemporaneidade “quase desapareceu no vocabulário moral” (2010, p. 38), não porque não precisássemos mais dela, mas ao contrário, porque nos tornamos incapazes de avaliar todo o processo, e ficamos submetidos ao agir condicionado das respostas apontadas pelo encantamento utópico promovido pela ciência e pela técnica. Nas palavras de Jonas, o *homo sapiens* dominou o *homo faber*, e com isso, quando a humanidade mais precisou da prudência, devido às ameaças e perigos de seu potencial tecnocientífico, foi quando menos a ela recorreremos. Afirma o autor que “a voz da prudência teve muito mais dificuldade em ser ouvida” (2006, p. 308) do que a voz da promessa.

Embora as promessas de Prometeu desacorrentado sejam cada vez mais audaciosas e, com isso, se tornam extremamente sedutoras, é preciso assegurar à humanidade a autonomia necessária para avaliar todo esse processo, e para tanto, a virtude da prudência é indispensável, pois com ela é possível reconhecer que nem tudo o que pode ser realizado tecnicamente é também desejado no universo ético. É por isso que a prudência se tornou o “cerne de nosso agir moral” (JONAS, 2006, p. 88) pois com ela é possível avaliar a condição ambivalente da tecnociência, na medida em que as bênçãos, os benefícios, as esperanças de sua intervenção contêm também os perigos, as ameaças e os malefícios à autenticidade da vida e extra-humana.

A prudência na era da tecnociência, afirma Hottois, deve ser entendida como uma espécie de via intermediária entre as possibilidades tecnicamente realizáveis e a continuidade daquilo que é simbólico, autêntico de nossa natureza (1990, p. 133). Para pensar eticamente as possibilidades tecnocientíficas, exige-se um olhar técnico, mas também um olhar do mundo à qual se está inserido, de modo que não se comprometa o que é autenticamente humano em vista de uma possível conquista técnica. Além disto, o universo científico trabalha muitas vezes com projeções que não tem total domínio e em jogos de forças que estão fora da sua especificidade como pressão dos financiadores, ou para se

obter financiamento, interesses políticos (DUPUY, 2011, p. 31-34). Em outras palavras, trata-se diante da imprevisibilidade das ações no campo tecnocientífico, e de suas inúmeras possibilidades, classificar o que possa ser considerado melhor no sentido dos valores, das expectativas e da preservação do que é autêntico para além do tempo imediato. Acrescenta Ricoeur que o uso da prudência deve ser compreendido no sentido da virtude grega, da *phrónesis*” (2008, p. 61), isto é, na capacidade de reconhecer entre as diversas consequências das ações, aquelas que enriquecem a vida humana e aquelas que a ameaçam, por isso, é preciso “encontrar o meio-termo e repetir (...) o preceito grego: *nada em demasia*” (2008, p. 60).

Progresso com prudência é a fórmula escolhida por Jonas para referir-se a necessidade do progresso tecnológico expandir-se, mas ao mesmo tempo, não constituir-se em uma ameaça à vida em geral. Se em outras épocas e realidades a prudência era classificada como uma virtude opcional, ou um mero conselho de prudência moral, na atualidade ela se tornou um “mandamento irrecusável” (JONAS, 2006, p. 87), pois ela deve ficar em alerta quanto aos progressos tecnocientíficos, para impedir que em vista de alcançar possíveis benefícios, se promovam riscos e ameaças à dignidade da vida. Nesse sentido, a prudência não representa um entrave aos ideais de progresso tecnocientífico, mas uma capacidade de avaliar seus riscos e benefícios na tomada de decisão. Enquanto não existir projeções seguras, principalmente no que se refere a irreversibilidade de muitas técnicas atuais, “a prudência será a melhor parte da coragem e certamente o imperativo da responsabilidade” (JONAS, 2006, p. 307) que deverá reger as nossas ações, de modo a impedir que a incerteza se torne nosso destino.

Não há como pensar um progresso sem riscos, e nem na renúncia tecnológica, porque uma sociedade sem o desenvolvimento tecnocientífico torna-se mais suscetível a problemas de saúde, de catástrofes, entre outros. Além disso, muitas pessoas que se encontram com graves problemas de saúde precisam de tecnologias mais inovadoras para garantir-lhes um mínimo de qualidade de vida. É nesse sentido, que a prudência aconselha a acelerar o processo quando da sua necessidade, a fim de evitar os maiores males, e também saber reter seus avanços quando estes se tornam verdadeiras ameaças.

Mas colocar um limite aos desejos humanos e naquilo que mais nos orgulha representa uma renúncia dolorosa para o espírito criador, o que faz com que até mesmo os elogios dessa renúncia não sirvam de consolo. Mas é justamente nesse aspecto que reside toda a importância da renúncia humana, porque ela ocorre para assegurar um valor maior, isto é, o valor e a autenticidade da vida. Trata-se de uma nova forma de humildade, não no sentido de que o homem é pequeno e insignificante dentro desse mundo, mas da grandeza de nosso poder, que exige controle e “sacrifício” diante daquilo que nos engrandece. Afirma Jonas que “sem o espírito de sacrifício, cabe pouca esperança” (2001, p. 108), e que uma nova ordem instaurada na prudência deve prevalecer aos desejos do *homo faber*, de modo que em vista de alcançar um suposto progresso, a humanidade não seja ameaçada, assegurando desse modo o respeito à vida.

Substituindo os desejos da utopia do progresso, “a cautela se converteu em virtude superior, perante a qual retrocede o valor da ousadia, melhor ainda, este se transforma inclusive no valor da irresponsabilidade” (JONAS, 2013, p. 76). Ao lado da cautela, a taxonomia jonasiana dos valores para os novos tempos tecnocientíficos, incluem a humildade, a austeridade, a continência, a moderação, a contenção, o freio, o comedimento, a modéstia e a prudência. Essas virtudes levam-nos a uma mesma realidade, isto é, a necessidade de um recuo quanto aos objetivos, às expectativas e ao modo de

vida da sociedade contemporânea frente aos riscos concretos advindos da empresa tecnocientífica. O excesso de otimismo quando de escolhas em condições de incerteza, sem ponderar seriamente o custo do fracasso pode produzir uma ilusão de que se está fazendo a melhor escolha (SCRUTON, 2015, p. 25). Com isso, evidencia-se que esses novos valores são derivados da eficácia das suposições quanto ao futuro, sendo o temor o fundamento para essa incerteza. O risco das apostas somado ao poder exige a virtude da contenção. Afirmo Jonas que para “impedir o saque à natureza, a depauperação de espécies, a contaminação do planeta, o esgotamento de suas reservas, inclusive uma mudança insana no clima mundial causada pelo homem, é preciso uma nova *austeridade* em nossos hábitos de consumo” (JONAS, 2013, p. 77). Assim sendo, antigas virtudes como a continência e a moderação, precisam ser ressignificadas. A austeridade, no entanto, não deve mais ser exigida como no passado no sentido da perfeição pessoal, mas como uma exigência para a manutenção da existência sobre a terra, sendo, pois, “uma faceta da ética da responsabilidade para com o futuro” (JONAS, 2013, p. 77). Não se trata da austeridade em época de escassez, mas ao contrário, pois a civilização tecnológica, com sua excessiva oferta de produtos, “clama dos seus membros a desfrutá-la” (JONAS, 2013, p. 78) o que faz com que a austeridade represente o novo desafio da época.

A moderação a que Jonas se refere não está somente no âmbito do consumo. Trata-se, também de impor um limite voluntário às capacidades produtivas do homem, isto é, à própria atividade científica e às suas promessas de progresso. Afirmo o autor, trata-se de “frear o impulso para a *ação*” (JONAS, 2013, p. 80). Enquanto no passado a virtude estava em “superar o bom pelo melhor, acrescentar todas as capacidades, fazer cada vez mais coisas e maiores” (JONAS, 2013, p. 80) agora se trata de conter essa ânsia pelo progresso e “impor limites e saber mantê-los inclusive do que com razão estamos *mais orgulhosos* pode ser um valor completamente novo no mundo de amanhã” (JONAS, 2013, p. 80). A virtude agora reside na capacidade de frear a aquisição do poder e não apenas no seu uso. Afirmo Jonas, que deveríamos ser capazes de “embora com capacidade de seguir avançando, e alcançar ainda mais, renunciar a isso, o que muito bem pode ser uma virtude crítica no crítico jogo de azar do futuro” (JONAS, 2013, p. 80). Diante das promessas utópicas da tecnociência e de seu impulso ao progresso, a prudência jonasiana assume um papel especial na tomada de decisão, pois ao tempo em que ela não pode impedir o desenvolvimento e o progresso, porque muitos estão à espera de uma técnica melhor para dar mais qualidade para a sua vida, ela também tem que assegurar que os riscos e ameaças de um suposto melhoramento não venha a nos ameaçar.

Entre as muitas regras da prudência, Bellino aponta cinco principais para orientar o agir da ciência e da tecnologia: [1] não se considera progresso científico ou tecnológico aquele que, realizado, cria mais problemas do que soluções; [2] quem apresenta um novo conhecimento ou inovação tecnológica deve demonstrar que sua atividade não causa danos sócias, ecológicos e de outras natureza; [3] o interesse do bem comum tem a precedência sobre o interesse individual; [4] o valor mais urgente (sobrevivência de homem ou da humanidade) tem a precedência sobre o valor em si superior (autorrealização de um homem ou grupo); [5] o ecossistema tem sua proeminência sobre o sócio sistema (a sobrevivência é mais importante do que viver melhor); [6] nos progressos técnicos reversíveis devem ter a proeminência sobre os irreversíveis, que serão reduzidos só aos absolutamente necessários (1997, p. 99-100).

A PRUDÊNCIA: VIRTUDE INDISPENSÁVEL À BIOÉTICA

Por que que a prudência se tornou a virtude mais necessária à bioética em nossos tempos? Para melhor compreender a essa indagação precisamos analisar tanto a questão da especificidade de nossa realidade bem como da bioética.

Se o debate moral até meados do século XX se apoiava em categorias que podemos classificá-las de absolutas, definidas principalmente pela teologia e pelo direito, na atualidade a moralidade é constituída por diferentes princípios e valores, oriundos de perspectivas laicas, religiosas, políticas, naturais e tantas outras, que muitas vezes se encontram até mesmo em oposição uma com a outra. Desse modo, diante dessa pluralidade não é mais possível apresentar uma única corrente de pensamento que possa ser classificada como a melhor, a mais verdadeira, ou a mais correta para lidar com os problemas humanos em relação à sua vida e a sua dignidade.

Esse salto cultural ocorrido com a moralidade nas últimas décadas, fez com que deixássemos de lado a ética da convicção para construirmos uma nova moralidade baseada não mais em princípios fixos para todos os casos semelhantes, mas uma moralidade que pudesse ser flexível ao contexto e a realidade dos atores envolvidos. Ao deixar de procurar pela “resposta certa” a nova moralidade exigiu uma nova capacidade humana de lidar com os problemas, visto que o que pode ser considerado como justo e correto para um determinado grupo de pessoas ou mesmo para um contexto, pode não ser considerado para uma situação muito semelhante, com novos atores e contextos.

Nesse sentido, não se trata de colocar o relativismo moral como parâmetro de orientação ética, mas sim de reconhecer que diante da impossibilidade de apresentar “respostas certas” para realidades diferentes e complexas, é preciso capacitar-se para o exercício da sabedoria prática a fim de discernir a respeito do que é bom ou mau para o homem, pois nem tudo o que pode ser feito, deve ser realizado.

Desse modo, impossibilitados de fazer generalizações, o adequado passou a depender das considerações de cada caso particular, o que faz da prudência a virtude por excelência, porque embora as “respostas certas” possam ser diferentes umas das outras, todas elas necessitam de ser prudentes, porque o que está em jogo é a dignidade da vida humana e extra-humana.

Além dessa mudança radical que ocorreu em relação às bases de nossa ação moral, a forma como o indivíduo passou a compreender a ideia de dever também foi modificada, pois ele substituiu os deveres classificados como perfeitos, para os deveres geridos pelo próprio indivíduo e compreendidos como imperfeitos. Nesse sentido, a gestão privada do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, do direito à intimidade e à privacidade, passou a ser administrada segundo o interesse e a vontade do próprio sujeito. O indivíduo não quer mais apenas ser sujeito da condução da sua história, pois ele quer também legislar, dirigir e decidir sobre seu corpo e a totalidade de sua vida.

Soma-se às mudanças em relação à base da moralidade, também as promessas, as esperanças, e os desafios apresentados pela tecnociência, com destaque para a ideia de melhoramento da condição humana com o uso da técnica. Trata-se de compreender a condição humana não mais marcada pela ideia da incompletude, mas sim como um estado doentio no qual a biotecnologia se apresenta como cura. E por ser a própria condição humana classificada como doentia, isso faz com que não se tenha mais diferenças entre a terapia e o aperfeiçoamento, entre a cura e o aprimoramento humano.

Desse modo, o projeto de aperfeiçoamento humano passa a ser difundido como uma espécie de obrigação moral.

Compreendido como “um ser ontologicamente doente devido às suas limitações impostas pela sua natureza” (HAUSKELLER, 2015, p. 135) o homem tem o dever de buscar a sua cura cujos benefícios se desdobram em tratamentos que visam controlar as emoções, ampliar as capacidades cognitivas, melhorar os relacionamentos, aprimorar o desempenho sexual, prolongar a vida, incrementar a força e a beleza, evitar doenças”. Nesse sentido a “terapia genética não é somente desejável como moralmente obrigatória” (HAUSKELLER, 2015, p. 135), devendo os pais, portanto, buscar vencer a força cega da natureza na certeza de alcançar filhos saudáveis. Deveria ser considerado errado que os pais não “curassem” seus filhos antes de nascer e depois eles viessem ao mundo com alguma doença grave por negligência dos pais. Não prevenir uma deficiência ou um dano é equivalente a causar essa condição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É para dar conta dessa nova realidade marcada pelo fim do modelo de moralidade baseado em regras fixas, com o indivíduo com o desejo de legislar sobre a totalidade de sua vida, e com a tecnociência promovendo a “cura da humanidade” que a virtude da prudência é chamada a agir, isto é, no exercício da sabedoria prática, com a percepção da vontade conforme o desejo correto, que culmina na boa escolha.

Não se trata como afirma Gracia de buscar com a virtude da prudência a resposta certa para os problemas éticos e morais, ou mesmo conseguir eliminar todos os riscos e perigos presentes nas diversas situações, mas somente agir com prudência no sentido forte do termo, como disposição racional, verdadeira e prática sobre o que é o bem e mal para o homem, pois quando não conhecemos o que é certo, devemos no mínimo ser prudentes, para não ameaçarmos dignidade vida dos envolvidos (GRACIA, 1991, p. 75). E acrescenta Gracia que “as decisões prudentes não são necessariamente as mais certas” (1991, p. 76), porque não existe certeza em ética, mas apenas prudência ou imprudência. A prudência nada nos pede, nem que façamos o certo nem o errado, mas tão somente que sejamos prudentes.

A prudência caracteriza-se por tomada de decisões racionais em condições de incertezas. Não se trata de uma atividade mecânica à qual se hierarquizam princípios. Por isso, as decisões prudentes são sempre retificáveis. Mas para agir de modo prudente é preciso preparar-se para deliberar bem, ou seja, tomar a decisão certa, deliberar a respeito dos meios corretos para almejar os fins, que na medicina os fins desejados são a saúde e o bem-estar do paciente. Para tanto a ética não pode ser considerada como algo externo à atividade humana, mas sim um elemento intrínseco e constitutivo, pois somente podemos dizer que o médico é bom se ele for um bom médico.

As soluções para casos dilemáticos no universo da saúde não estão em regras ou princípios conflitivos, mas no exercício da virtude no julgamento das situações e escolhas de meios adequados aos fins estabelecidos que assegura melhores condições. Ciente dos conflitos éticos e morais que envolvem a profissão, os profissionais da saúde têm a responsabilidade de buscar a formação técnica, mas também a formação ética e humana, para realizar os fins da medicina e da vida de modo coerente, íntegro e justo.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BELLINO, F. **Fundamentos da bioética**: aspectos antropológicos, ontológicos e morais. Tradução de Nelson de Souza Canabarro. Bauru/SP: EDUSC, 1997.
- CÍCERO, M.T. **Da república**. 2. ed. São Paulo: Clássicos Edipro, 2011.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DUPUY, J. P. **O tempo das catástrofes: quando o impossível é uma certeza**. São Paulo: É Realizações, 2011.
- GRACIA, D. **Procedimentos em decisión em ética clínica**. Madrid: Eudema, 1991.
- GRACIA, D. **Moral deliberation**: the role of methodologies in clinical ethics. *Med Health Care Philos.* 2001, v. 4, n. 3, p. 223-232.
- HAUSKELLER, M. **A cure for humanity**: the transhumanisation of culture. *Trans-Humanities*, v. 8, n. 3, October 2015, p. 131-147.
- HOTTOIS, G. **O paradigma bioético**: uma ética para a tecnociência. Lisboa: Edições Salamanca, 1990.
- JONAS, H. **Más acerca del perverso fin y outros diálogos e ensaios**. Tradução de Illana Giner Comin. Madrid: Catarata, 2001.
- JONAS, H. **Técnica, medicina e ética**: sobre a prática do princípio responsabilidade. Tradução do Grupo da ANPOF. São Paulo: Paulus, 2013.
- JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaios de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/PucRio, 2006.
- TOMAS AQUINO. **Suma teológica**. 9v. São Paulo: Loyola, 2002.
- TOMAS AQUINO. **A prudência**: a virtude da decisão certa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RICOUER, P. **O justo 1**: a justiça como regra moral e como instituição. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SCRUTON, R. **As vantagens do pessimismo e o perigo da falsa esperança**. São Paulo: É Realizações, 2015